

PARECER SOBRE O PLANO DE ACÇÃO REGIONAL DE LISBOA

I - INTRODUÇÃO

A emissão deste parecer resulta da solicitação formulada pela Presidente da Assembleia Municipal, na sequência do envio, pela Área Metropolitana de Lisboa, do Edital n.9 23/CML/2013 com respetivo anexo.

Na apreciação do Plano de Acção Regional de Lisboa foi considerada a discussão ocorrida na reunião da 2ª Comissão Permanente de Economia, Turismo, Inovação e Internacionalização, realizada a 21 de Abril de 2014.

II - ENQUADRAMENTO

O Plano de Acção Regional de Lisboa foi já alvo de parecer pela Assembleia Metropolitana e por várias das Câmaras Municipais que a integram.

Assim, para efeitos de enquadramento, importa considerar não apenas uma síntese das questões que o plano aborda, mas também o parecer emitido pela Câmara Municipal de Lisboa, por ser a entidade que económica, social e politicamente representa o mesmo território que a Assembleia Municipal de Lisboa.

Plano de Acção Regional de Lisboa - Síntese

Define as metas a atingir em áreas como o emprego, a educação, a utilização da energia e inovação enquanto ferramentas para ultrapassar o impacto da crise económica e colocar a Europa na via do crescimento.

Desafios colocados não só aos Estados Membros, mas também às suas Regiões. Tal é pertinente, pois o insucesso da Estratégia de Lisboa deveu-se à fraca governação multinível - articulação autarquias e níveis intermédios de governo.

São objectivos do Plano de Acção Regional de Lisboa:

- Disseminar conhecimento sobre estratégia "Europa 2020";
- Diagnosticar e debater ponto de situação do desenvolvimento da região de Lisboa, identificando prioridades estratégicas, projecto de investimento relevantes e abordagens territoriais;
- Articular elaboração do Plano de Acção da Região de Lisboa com a do Programa Territorial Integrado para a Área Metropolitana de Lisboa;

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

- Assegurar uma ampla participação institucional e empresarial, bem como mobilização pública;
- Assegurar a existência de um quadro estratégico, regulamentar e institucional capaz de garantir uma utilização eficiente dos recursos previstos para o próximo período de programação.

Por sua vez, o **Plano de Acção Regional de Lisboa encontra-se comprometido** com:

- **Crescimento Inteligente** (desenvolver uma economia baseada no conhecimento e inovação)
 - Sistemas Produtivos e Especialização Inteligente
 - Potenciar os recursos do sistema científico e tecnológico já presentes na região e afirmar Lisboa como território de produção de conhecimento e de investigação de excelência
 - Afirmação e qualificação do turismo enquanto base económica da região
 - Consolidação dos cachos de atividades emergentes e/ou consolidados nos sectores de média e média alta tecnologia
 - Promover o aproveitamento do potencial da “economia azul” beneficiando da localização privilegiada da região
 - Afirmar Lisboa enquanto espaço de localização de investimento direto estrangeiro
 - Reforçar a colaboração entre as empresas e as universidades e aumentar a eficiência na transferência de tecnologia e transformação de conhecimento
 - Educação, Emprego e Empreendedorismo
 - Reforçar o combate ao desemprego intensificando as medidas de apoio à inserção no mercado de trabalho
 - Promover a empregabilidade dos jovens facilitando a sua inserção no mercado de trabalho e combatendo o abandono e o insucesso escolar
 - Promover a qualificação do capital humano e o reforço do acesso à aprendizagem ao longo da vida
 - Meios Criativos e Indústrias Culturais
 - Potenciar os impactos económicos em termos de crescimento, criação de emprego e exportações da forte criatividade já existente em Lisboa, por via do apoio à profissionalização e qualificação das iniciativas dos criadores, promovendo a passagem da lógica de meios criativos e indústrias culturais à da economia criativa com capacitação dos agentes do setor.
- **Crescimento Sustentável** (promover uma economia mais eficiente em termos de utilização dos recursos, mais ecológica e mais competitiva);

• Recursos, Serviços Ambientais e Riscos

- Promover o conhecimento, proteção, valorização e uso e gestão sustentáveis dos recursos naturais, das águas e fundos da plataforma continental, faixa costeira e ambientes de transição, nas suas múltiplas perspetivas: biodiversidade e conservação da Natureza, educação ambiental, lazer, aproveitamento económico, qualificação do territorial e ambiental.
- Valorizar as áreas com potencial agrícola, florestal e silvestre como elementos fundamentais para a produção primária, qualificação ambiental e paisagística e incremento do lazer.
- Promover a proteção e valorização das linhas e zonas de máxima infiltração, e o uso eficiente da água, prevenindo a degradação e sobre-exploração dos aquíferos e a reutilização de águas para usos urbanos não potáveis.
- Promover a resolução dos passivos ambientais, a redução da deposição em aterro, bem como a prevenção, reciclagem dos resíduos urbanos.
- Promover o aumento da resiliência territorial aos diferentes tipos de riscos naturais, gerando respostas adaptativas às alterações climáticas e desenvolvendo sistemas de gestão de catástrofes.

• Economia de Baixo Carbono

- Promover a produção de energia a partir de fontes de energia renováveis, explorando o elevado potencial energético endógeno (solar, eólica, das ondas, biomassa florestal e agrícola, e biogás) e o recurso a tecnologias e investimentos inovadores.
- Promover o desenvolvimento de modelos e sistemas de acessibilidades, de transportes ecológicos e com baixo teor carbónico, fomentando a transferência modal do transporte individual motorizado para modos de transporte mais eficientes, a mobilidade urbana sustentável e inclusiva e a qualidade do ambiente urbano.
- Promover uma cultura energética e ambiental, em particular no setor da construção, fomentadora de uma maior eficiência energética do edificado público e privado.
- Aumentar a competitividade económica do tecido industrial, mediante novos padrões de consumo de energia suportados numa crescente aposta na eficiência energética e na utilização de energias renováveis.
- Criar as condições para uma efetiva política de eficiência energética no Estado, suportada em estratégias integradas de baixo teor de carbono.
- Assumir uma perspetiva multissetorial na implementação da estratégia de baixo carbono, relevando a sua inclusão em estratégias integradas de desenvolvimento urbano, de modo a reduzir a intensidade energética e carbónica nas cidades.

• Qualificação Urbana



- Fortalecer o sistema urbano regional, nomeadamente a rede de aglomerações estruturantes da AML, promovendo um desenvolvimento urbano sustentável que privilegie a reabilitação urbana e a revitalização económica das áreas centrais, contrariando a extensificação urbana e o subaproveitamento dos ativos construídos.
 - Qualificar as áreas urbanas críticas caracterizadas pela coexistência de graves problemas sociais e urbanísticos, contribuindo para a inclusão social, combate à pobreza e para a coesão socio-territorial da Área Metropolitana de Lisboa.
 - Qualificar as áreas industriais obsoletas e em declínio, eliminando os passivos ambientais existentes e criando condições para o acolhimento de novas atividades produtivas estruturantes da Área Metropolitana.
 - Assegurar uma qualificação integrada dos espaços urbanos, que contemple as várias dimensões da vida urbana – ambientais, económicas, sociais e culturais – suportada em parcerias sólidas entre residentes, organizações da sociedade civil, economia local e os vários níveis de governação.
- **Crescimento inclusivo** (fomentar uma economia com níveis elevados de emprego que assegure a coesão social e territorial);

- Demografia e Serviços de Proximidade

- Aumentar a eficácia e a eficiência das redes de equipamentos e de serviços sociais instaladas na Região, respondendo mais adequadamente às necessidades das crianças, dos idosos, das famílias e comunidades e da população com deficiência.
- Responder aos desafios demográficos da Região, criando condições para um envelhecimento ativo e de qualidade e para uma melhor conciliação entre a vida familiar e profissional.
- Responder aos desafios emergentes na área da saúde mental e das demências e na promoção de melhores condições de vida para este segmento da população, bem como de apoio e formação aos cuidadores familiares.

- Inclusão e Inovação Social

- Promover a inclusão social dos principais grupos vulneráveis como as crianças e jovens, idosos e desempregados em situação de pobreza, os imigrantes, pessoas com deficiência, pessoas sem-abrigo, toxicod dependentes e ex-reclusos.
- Reforçar as iniciativas de mediação intercultural como forma de aproximar e integrar as comunidades imigrantes e as minorias étnicas.
- Reforçar o papel e a sustentabilidade da Economia Social no combate à pobreza e à exclusão social.
- Densificar, diversificar e qualificar o tecido associativo local conferindo-lhe um papel central no combate à pobreza e à exclusão social, no reforço da participação das

populações nos processos de desenvolvimento local e no aumento da resiliência suportada em redes de solidariedade local.

- Dinamizar abordagens inovadoras que promovam o combate ao desemprego e à vulnerabilidade económica de indivíduos e famílias, a qualificação dos recursos humanos ativos desqualificados, o envelhecimento ativo e o aumento do voluntariado.
- **Capacitação Regional** (capacitar, qualificar e modernizar a administração).

- Capacitação, Qualificação e Modernização Administrativa

- Reforçar a base tecnológica institucional, orientada para o relacionamento digital entre setores da administração pública e entre estes, os atores regionais, os cidadãos ou as empresas.
- Apoiar o desenvolvimento de plataformas de trabalho colaborativo, tendo em vista a concertação estratégica de base territorial, promovendo a valorização de novos modelos organizativos na administração pública que possibilitem ganhos de eficácia e de eficiência (serviços partilhados, designadamente em funções de suporte com as áreas financeiras e de TIC), a reengenharia de processos, o reforço da capacidade técnica e de gestão das instituições públicas e a (re)definição e (re)organização dos equipamentos e dos serviços públicos no território.
- Promover a qualificação do capital humano da administração pública local, designadamente no apoio à formação e qualificação dos trabalhadores em funções públicas para atuação em contextos de trabalho crescentemente exigentes.

Parecer da Câmara Municipal de Lisboa

O Parecer emitido pela Câmara Municipal de Lisboa começa por elencar 5 prioridades de investimento, identificadas como centrais:

- Reabilitação e Regeneração Urbana
- Mobilidade
- Capacitação Individual e Institucional
- Desenvolvimento económico, dando atenção especial à forma como estabelecer parcerias com as universidades e politécnicos, valorizando os fatores endógenos, como factores do desenvolvimento económico
- Valorização do Tejo e da Orla Costeira como elementos agregadores da visão estratégica.

São também identificadas duas questões institucionais centrais, destacando:

- Contratualização - deverá ser garantida a contratualização da gestão da AML;

- Financiamento - deverá ser garantido que os municípios possam aceder a financiamento a fundo perdido e necessidade de esclarecer como se articulam o acesso aos fundos com os níveis de endividamento dos municípios

É indicado que as prioridades de investimento se encontram contempladas com a excepção do ensino básico, referindo apenas apoios para a criação e ampliação da rede de equipamentos do ensino pré-escolar.

Salienta que nada é referido relativamente à possibilidade de contratualização da gestão na AML no capítulo de Modelo de Governação, embora no Plano de Acção Regional de Lisboa sejam referidos os princípios de governação a vários níveis.

É destacado que a posição assumida face ao papel da cidade, bem como as prioridades estratégicas, os domínios-chave e as áreas de intervenção prioritária estão globalmente em sintonia com o definido na Estratégia Lisboa/Europa 2020.

São enumeradas algumas áreas que se considera poderem ser mais reforçadas, nomeadamente no que respeita ao turismo, risco sísmico, potencial solar, mobilidade inclusiva, saneamento e centros históricos.

Apresenta várias propostas de alteração de redacção por cada área elencada no parágrafo anterior, sendo indicados os seguintes motivos para essas alterações. A saber:

- Quanto ao turismo, refere que este deve ser colocado mais em evidência ao longo do documento, em particular no que respeita ao turismo de negócios, assegurando que Lisboa atinge um novo patamar em termos de aproveitamento do seu potencial turístico, reforçando a sua posição competitiva mundial no segmento das reuniões, congressos e conferências internacionais. Tal contribuirá decerto para diminuir o factor de sazonalidade e atrairá novos públicos.
- Dada a grande vulnerabilidade regional ao risco sísmico, e os graves impactos que uma ocorrência desta natureza poderá trazer, tendo em conta a concentração de pessoas, bens e actividades económicas no território, é absolutamente estratégico apostar na redução do risco sísmico na região.
- O potencial solar da região de Lisboa é um dos mais favoráveis da Europa. O contributo significativo que pode dar para atingir os objectivos do Crescimento Sustentável deverá ser tido em conta.
- A promoção de meios suaves de transportes e do uso do transporte público são importantes, mas é ainda mais importante a acessibilidade pedonal, tendo em conta o objectivo do Crescimento Inclusivo, que implica a promoção de uma sociedade e de cidades sem barreiras
- A redes públicas de saneamento encontram-se envelhecidas.

- Os centros históricos são frequentemente áreas deprimidas, que se caracterizam por um conjunto de problemas e carências específicos que interessa abordar. São ainda repositórios de recursos importantes para a competitividade das cidades que têm que ser aproveitados e potenciados.

O parecer da Câmara Municipal de Lisboa destaca ainda três questões que carecem de ser clarificadas, a saber:

- **Financiamento:** seria importante clarificar quais as prioridades de investimento que terão acesso a instrumentos de engenharia financeira. Desde já se identificam como prioridades a considerar para este efeito as que podem, por esta via, atrair recursos significativos privados, como a L1.6 Capacitação das PME para o crescimento e Inovação, a L4.4 Adaptação às alterações climáticas, e L5.4 Eficiência energética no sector da habitação e a L6.2 Regeneração de zonas urbanas desfavorecidas, entre outras. É ainda considerado como útil que os municípios possam aceder a financiamento a fundo perdido. Por conseguinte, é ainda necessário esclarecer como se articulam o acesso aos fundos com os níveis de endividamento dos municípios.
- **Rede transeuropeia de transportes (RTE-T):** Apesar dos investimentos relativos à rede transeuropeia de transportes (RTE-T) não serem parte integrante do PO Lisboa, sendo financiados pelo Fundo de Coesão, é de relevante importância saber quais os projetos que estão ponderados para integrar o POCI, considerando-se que estes deviam estar listados no Plano de Ação Regional de Lisboa.
- **Contratualização:** Apesar de ser referida a importância dos princípios de governação multinível, nada é referido quanto às possibilidades de contratualização com a AML no capítulo de Modelo de Governação.

III - APRECIÇÃO

A apreciação que esta Comissão se faz do Plano de Acção Regional de Lisboa enquadra-se não apenas no enquadramento acima descrito, mas também naquele que tem vindo a ser o trabalho desta Assembleia Municipal e das suas várias Comissões Permanentes. Desta forma, é proposto que:

- No âmbito do turismo, é muito importante que esta aposta seja colocada em maior evidência ao longo do documento, pois será por aqui que se fará a maior parte do trabalho para colocar Lisboa num novo patamar em termos de aproveitamento o seu potencial turístico. Veja-se, por exemplo, as apostas elencadas pelo Vereador Fernando Medina aquando da sua



audição em sede desta Comissão, no que se refere, a título de exemplo, às vantagens que o turismo de congressos e negócios poderá trazer para a Economia da Cidade.

- No que concerne à importância dos Centros Históricos, estes são muito relevantes pois a sua preservação e requalificação permitirão não apenas garantir melhores condições a quem vive e trabalha em Lisboa, mas também (e mais importante) permite canalizar parte do turismo para o repositório museológico da Cidade (que se encontra na maioria no Centro Histórico). Aqui ainda devemos destacar o trabalho que já está a ser feito ao nível da candidatura dos Bairros Históricos a Património da Humanidade. Assim, propomos que o Plano de Acção Regional de Lisboa, coloque também um maior foco sobre esta matéria.
- É também entendimento desta Comissão que o documento venha a clarificar a questão da governação multinível indicando, por exemplo, quais as possibilidades de contratualização com a Área Metropolitana de Lisboa.
- Por fim, deve ser expressamente indicado no documento um cabal esclarecimento sobre como se articularão o acesso aos fundos com os respetivos níveis de endividamento dos municípios. Deverá ser indicado, por exemplo, se esta articulação será consubstanciada através do aumento das taxas de comparticipação dos fundos comunitários ou outro mecanismo.

O presente parecer foi aprovado pela 2ª Comissão, no dia 9 de maio, por todos os Deputados Municipais presentes-

O Deputado Relator


Manuel Portugal Lage

O Presidente da Comissão


Carlos Silva Santos